

O NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Fernanda Teixeira Frade Almeida¹

RESUMO

Este artigo pretende analisar comparativamente o conceito de desenvolvimento subjacente à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural- Pnater e subjacente ao projeto de desenvolvimento social, econômico e ecológico proposto pelo novo paradigma da Educação do Campo. Os serviços da nova Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater propõem-se a substituir os referenciais teóricos e metodológicos que tradicionalmente vêm informando a prática extensionista, principalmente, a superação do modelo de difusão de tecnologias para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a partir da adoção de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia em articulação com processos educativos permanentes com enfoque dialético, humanista e construtivista. Assim, também, a Educação do Campo rompe com o paradigma da educação rural, cuja referência é o produtivismo, ou seja, a visão do campo como espaço de produção de mercadorias, para a concepção de campo como território de vida e resistência, onde camponeses lutam por um modo de vida na terra em harmonia com a natureza, que se concretiza em diversas práticas educativas.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural sustentável. Assistência Técnica e Extensão Rural. Educação do Campo.

INTRODUÇÃO

A recente declaração de que o Brasil se tornou a 6ª economia mundial pelo Economist Intelligence Unit (EIU), empresa de consultoria e pesquisa ligada à revista *The Economist*, contribui com a noção de que o desenvolvimento é um processo linear e distributivo, do qual resulta um crescimento da renda real, do conhecimento e de tecnologia, implicando a

¹ Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB), Especialista em Políticas Públicas (UnB). email: fernandafrade2@hotmail.com

melhoria do bem-estar de todas as camadas da população e de todos os países de forma igualitária (DUARTE; WEHRMANN, 2008).

O modelo de desenvolvimento socialmente excludente brasileiro é exemplo de que o processo de desenvolvimento pode produzir contradições socioeconômicas e ambientais marcantes (DUARTE; WEHRMANN, 2008, p.5) que acarretam crises de paradigma como a atual crise civilizatória que se “manifesta pelo fracionamento do conhecimento e pela degradação do meio ambiente, marcados pelo logocentrismo da ciência moderna e pelo transbordamento da economização do mundo guiado pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado” (LEFF, 2000, p.19).

Portanto, ao se reconhecer os efeitos das políticas econômicas sobre os ecossistemas e sobre as condições de vida das populações, deve-se reconhecer, também, que essas mesmas políticas são orientadas por significados sociais atribuídos à natureza que induzem a estratégias para o aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Daí Leff (2000, p.23) criticar o pragmatismo político que procura resolver os efeitos dessa crise a partir da eficiência dos processos científicos, tecnológicos e econômicos que desvalorizam o conhecimento. Exemplos dessa desvalorização são os poucos recursos destinados à educação, ciência e tecnologia na maior parte dos países da América Latina; falta de políticas de pesquisa interdisciplinar para o desenvolvimento sustentável; descrédito em alcançar uma autonomia científico-tecnológica pelo esquecimento dos saberes e práticas sustentáveis dos recursos naturais.

Em resposta à crise, defende a construção de uma nova racionalidade ambiental, mobilizada por um saber ambiental que se inscreve em relações de poder pela apropriação social da natureza e da cultura, que questione a racionalidade tecnológica do modelo de desenvolvimento dominante e que mobilize a ação para um novo modelo de desenvolvimento fundado no “potencial ambiental que produz a sinergia dos processos ecológicos, tecnológicos e culturais”, a partir de princípios de justiça social, considerando o dinamismo dos atores sociais na construção democrática (LEFF, 2000).

Embora o conceito de sustentabilidade de Leff (2000) apresente a articulação entre o processo ecológico (que considera a questão ambiental mundial), o processo tecnológico (que exprime os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos naturais) e o processo cultural (que encerra os valores e racionalidades que orientam as práticas sociotécnicas), o Brasil vem construindo o conceito de desenvolvimento sustentável, passados, aproximadamente, vinte anos, desde que a Comissão Brundtland propôs uma nova formulação sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico, neutra e objetiva, sem considerar “o campo das

lutas sociais, da produção de sentido e da conformação de novos espaços de produção e reprodução ou de reinterpretação desses espaços” (ACSELRAD; LEROY, 2003, p.23). Segundo a Comissão Brundtland,

a partir de uma visão econômica dos sistemas biológicos, pensados então como estoques capazes de produzir excedentes de biomassa, caberia ao desenvolvimento econômico apropriar-se dos fluxos tidos como excedentes da natureza, sem comprometer o que se entendia como capital natural. A estratégia apresentada para a realização desses propósitos conjugava crescimento econômico com progresso técnico capaz de poupar recursos materiais. Procurava-se evitar, assim, as resistências à restrição aos ritmos de acumulação, encontradas anteriormente no debate dos anos setenta. Por outro lado, o mercado era apresentado como o ambiente institucional mais favorável à consideração da natureza como capital. Um ambientalismo de livre mercado atraiu assim as formulações do pensamento dominante, procurando impedir que a questão ambiental pudesse dar argumentos a qualquer tipo de instrumento regulador não-mercantil que configurasse uma contracorrente da crise e desmontagem dos aparelhos redistributivos e de proteção social que caracterizavam até então as políticas públicas do tipo Keynesiano. (ACSELRAD; LEROY, 2003, p.24).

Este artigo tem o propósito de investigar como o Brasil vem construindo o conceito de desenvolvimento sustentável, a partir de uma análise comparativa do conceito de desenvolvimento subjacente ao novo paradigma da Educação do Campo e à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater.

Um novo modelo de desenvolvimento sustentável pode emergir da “reapropriação do mundo pela via do saber” Leff (2000, p.24), assim, as duas estratégias políticas analisadas neste artigo têm em comum o foco na educação e um forte compromisso com a construção de um novo conhecimento sobre o campo brasileiro, o qual rompe com o paradigma do rural inscrito, tradicionalmente, em políticas de desenvolvimento rural.

QUAL O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL?

“É impossível alcançar os objetivos vitais de um desenvolvimento histórico sustentável sem a contribuição permanente da educação ao processo de transformação conscientemente visado” (MÉSZÁROS, 2008, p.90). Portanto, o papel da educação no curso da mudança para o desenvolvimento sustentável consiste na apreensão dos processos materiais que configuram o campo das relações sociedade-natureza, a partir de uma nova

racionalidade ambiental que questione a racionalidade tecnológica do modelo de desenvolvimento dominante e que mobilize a ação para um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

O que está em jogo na crise ambiental é a racionalidade que a produz. Como os conflitos ambientais “implicam visões e interesses diferenciados, nos quais se inscrevem diferentes formas de saber e estratégias de poder no saber” Leff (2000, p.37), a construção de uma nova racionalidade, que envolva o saber ambiental, questiona as formas de conhecimento da ciência moderna e implica em uma abertura para outras formas de compreensão das relações homem e natureza não científicas.

O saber ambiental transborda o campo estabelecido por um regime do logos modernizador que legitima a racionalidade unificante e a ordem disciplinar do conhecimento objetivo. Assim sendo, implica um rompimento com o conhecimento universal e disciplinar que implanta o regime de dominação da natureza através da ciência e que se situa acima dos saberes e identidades culturais. Mas o saber ambiental não suplanta o regime de socialização disciplinar do conhecimento pela individuação do saber “pessoal”. O saber ambiental é um saber identificável, conformado por e arraigado em identidades coletivas que dão sentido a racionalidades e práticas culturais diferenciadas (LEFF, 2000, p.46).

A construção do saber ambiental se funda em uma constelação da diversidade cultural e identitária. Ele se realiza no enfrentamento, hibridização, antagonismo, entrecruzamento de saberes diferenciados por matrizes de racionalidade-identidade-sentido que respondem a estratégias de poder pela apropriação da natureza e do mundo (LEFF, 2000, p.46).

Por fim, o caminho para a sustentabilidade exige a construção de uma nova racionalidade baseada na interdisciplinaridade ambiental que mobilize os atores locais, populações rurais, etc que considere seus saberes, práticas e respeite sua identidade para uma gestão participativa no processo de produção.

Assim, a interdisciplinaridade ambiental transcende o campo científico, acadêmico e disciplinar do conhecimento formal e estabelece um diálogo de saberes, marcando um propósito de “retotalização sistêmica do conhecimento, a um saber marcado pela diversidade de saberes e pela diferenciação dos sentidos do ser” (LEFF, 2000, p.45).

MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

O modelo dominante de desenvolvimento econômico da agropecuária brasileira, baseado na produção de grandes propriedades para a exportação, chama-se agronegócio (tradução literal do inglês agribusiness) desde a década de 90, tendo em vista a inserção cada vez mais intensa do Brasil no processo da globalização econômica (FERNANDES; MOLINA, 2004, p.69).

Como o termo associa as várias etapas de produção (produção, processamento, armazenamento e distribuição) à tecnificação da Revolução Verde (uso de tecnologia moderna) e à escala na produção, o modelo está associado à modernização e “passou a ser usado para indicar eficiência, ganhos em produção e produtividade e, um elemento chave, inserção competitiva no mercado globalizado” (SAUER, 2008, p.15).

Essa visão unilateral do agronegócio oculta seu caráter concentrador (terra/território, tecnologia, políticas de desenvolvimento, poder, riqueza), predador (sociobiodiversidade), expropriatório (camponeses) e excludente (desigualdade social e de renda), que está na base de seu caráter produtivista de maximização de lucro, que induz à crença de “que todos são iguais perante o mercado” e, portanto, que as políticas devem ser construídas tendo como referência única o aspecto econômico (FERNANDES; MOLINA, 2004, p.71).

No início dos anos 90, “a dinâmica sociopolítica do meio rural brasileiro – historicamente marcada por disputas entre grandes proprietários (setor patronal e suas entidades de representação) e setores marginalizados – estabeleceu uma oposição entre os conceitos de agronegócio e de agricultura familiar” (SAUER, 2008, p.23).

A apropriação de termos e as definições de agricultura familiar e agronegócio além de conceituar esses dois projetos territoriais antagônicos, explicitam a luta pelo poder. É fundamental perceber “como as palavras contribuem para a construção das coisas sociais, pois a linguagem e as representações possuem uma eficácia simbólica na construção da realidade” (BOURDIEU, apud Sauer, 2008, p.35).

Assim, a explicitação da resistência a um modelo dominante agropecuário facilita a união de grupos sociais que se realiza a partir de resistências e lutas comuns (BOURDIEU, apud Sauer, 2008, p.34). Percebe-se, no Brasil, a existência de diversos segmentos que compõem a agricultura familiar e, em particular, a discussão sobre um novo modelo de desenvolvimento baseado na agroecologia fundamenta-se no modo de vida do campesinato.

As políticas agrícolas brasileiras com foco em desenvolvimento sustentável são

desenvolvidas mais intensamente na agricultura familiar, mas por outro lado não se pode negar que a agricultura patronal tem iniciado uma discussão e implementação de práticas com foco na minimização dos impactos ambientais, enquanto na agricultura familiar o debate é sobre mudança no modelo de produção.

CAMPESINATO

O campesinato tradicional é uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a estrutura produtiva: propriedade, trabalho e família. Porém, ele tem particularidades que o diferenciam do conjunto da agricultura familiar (WANDERLEY, 1996).

A partir do estudo sobre o patrimônio sociocultural que constitui o modelo original do campesinato brasileiro, Wanderley (1996, p.8) destaca que a forma de exclusão e expropriação dos camponeses reflete as particularidades da história da “própria agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse”. Portanto, ela afirma com isso que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário na sociedade brasileira, “impossibilitada de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (WANDERLEY, 1996, p. 9).

Paulino (2010, p.12) acrescenta que no Brasil, diferentemente do que ocorreu na Europa, não houve um embate entre classes, mas um pacto entre latifundiários (oligarquia) e burgueses, pois parte da riqueza da economia agroexportadora foi direcionada para as atividades urbano-industriais, assim como, os burgueses emergiram do próprio seio do latifúndio.

Paulino (2010) e Fernandes (1999) afirmam que o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato. Para Paulino (2010, p.27), o campesinato vive uma situação contraditória: o camponês é ao mesmo tempo proprietário e trabalhador. Ele luta por valores conservadores ligados à reprodução de sua condição de proprietário de terra e, por outro lado, luta contra sua expropriação e “contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária que ocorre na circulação dos produtos do seu trabalho”.

Essa última possibilidade de luta é para Paulino (2010) o que contém em princípio a luta anticapitalista camponesa “porque, para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, nesse conflito (...) sua oposição ao capital”.

Por isso o campesinato, segundo Thomaz Jr. (2008, p.280) “não é um a priori, tampouco uma essência identificada por características próprias, mas se constitui através e por meio da ação histórica dos sujeitos-atores como expressão viva das contradições da luta de classes”.

Fernandes (1999) e Wanderley (1996) apontam que o campesinato brasileiro adota estratégias específicas de resistência a essa história de exclusão e expropriação. Wanderley (1996) privilegia três estratégias de resistência em sua análise, dentre outras que parecem permanecer ao longo da história do campesinato brasileiro: as lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como espaço de trabalho da família.

Wanderley (1996) e Paulino (2010) sinalizam que uma das dimensões mais importantes das lutas camponesas é o esforço em constituir um território familiar capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para gerações posteriores. Paulino (2010) afirma que o campesinato, ao se apropriar de parcelas do território, inscreve nele um uso próprio constituído no processo de territorialização, em formas de subsistência, que diferem do uso capitalista por terem basicamente seus fundamentos na terra de vida e trabalho, terra não utilizada como exploração do trabalho dos outros.

Esclareça-se que essa oposição entre agricultura camponesa e agricultura capitalista não deve ser assimilada ao novo maniqueísmo, onde tudo é reduzido a uma lógica binária em que de um lado está, sempre, o mercado. Agricultura camponesa não é o oposto da agricultura de mercado. Os camponeses sempre mantiveram relação com o mercado desde tempos imemoriais. A agricultura capitalista é uma forma de agricultura de mercado e não a agricultura de mercado. O mercado é anterior ao capitalismo e pode a ele sobreviver (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.224).

E nessa luta pela reinserção nas condições de trabalho é que, algumas vezes, ocorre a metamorfose que transforma o camponês em agricultor familiar, que transforma um modo de vida em profissão. O padrão hegemônico de desenvolvimento rural “determina formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da organização familiar do trabalho” (THOMAZ JR., 2008, p.282).

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - PNATER

O debate político-pedagógico sobre a Educação do Campo foi impulsionado pelos Movimentos Sociais do Campo que projetaram a possibilidade de transformações profundas no modelo de sociedade e de humanidade e, assim, inauguraram uma referência para a construção de um novo projeto de desenvolvimento para o campo, em que a educação, combinada com um conjunto de ações políticas, econômicas, culturais e ambientais “inclua o povo brasileiro, mas todo o povo, como sujeito da construção de novas alternativas que tenham como pilares a justiça social, a diminuição das desigualdades e a construção de uma nova cultura, que ajude a repensar o nosso jeito de ser país, de ser povo, de fazer história.” (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004, p.44).

A Educação do Campo rompe com o paradigma da educação rural, cuja referência é o produtivismo, ou seja, a visão do campo como espaço de produção de mercadorias, para a concepção de campo como território de vida e resistência, onde camponeses lutam por um modo de vida na terra em harmonia com a natureza, que se concretiza em diversas práticas educativas (FERNANDES; MOLINA, 2004, p.63).

O território ganha destaque como conceito explicativo da realidade brasileira, diante do embate entre o agronegócio e a agricultura camponesa, que produz disputas territoriais. O agronegócio adota um processo de territorialização, que ocorre mediante a aliança de classes entre capital industrial e proprietário fundiário que disputam frações de territórios que levam à expropriação do camponês e à sujeição da renda camponesa por meio da monopolização do território pelo capital. Nessa situação, o camponês continua dono da terra e o capitalista é o dono da indústria processadora (agricultura de contrato) (PAULINO, 2010).

Assim também os serviços da nova Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater propõem-se a substituir os referenciais teóricos e metodológicos que tradicionalmente vêm informando a prática extensionista, principalmente, a superação do modelo de difusão de tecnologias para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a partir da adoção de um novo paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia em articulação com processos educativos permanentes com enfoque dialético, humanista e construtivista.

O extensionismo rural esteve presente em todas as fases do desenvolvimento rural do país, respondendo às distintas definições político-econômicas dos governos vigentes. Por muitos anos, o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural focalizou sua atenção na importância da adoção de novas tecnologias agropecuárias pelo produtor, transferindo as

técnicas da chamada Revolução Verde (adubos químicos, sementes melhoradas, agrotóxicos, etc) com o objetivo de modernizar a agricultura e aumentar a produção.

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento restringia-se à noção de crescimento econômico e a tecnologia destacava-se como único fator para o alcance de bons indicadores de resultados. Embora a adoção de inovações tecnológicas resultasse em aumento de produtividade, não necessariamente provocou aumento de renda e autonomia do agricultor, nem implicou respeito e valorização por seus saberes e práticas agrícolas.

A sociedade moderno-colonial atual e seu modo de produção de conhecimento se realiza negando ao outro, ao diferente, até mesmo a ideia de que produz conhecimento – daí falar-se de transferência de conhecimento e não de diálogo entre matrizes de racionalidade distintas (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.221).

É importante para intervir nessa crise civilizatória, conhecer as práticas e representações de diferentes grupos tradicionais e camponeses, pois eles conseguiram criar um profundo conhecimento sobre o ecossistema, que lhes garantiu a reprodução de seu sistema cultural e social e a preservação da biodiversidade, a partir de suas relações com a natureza. Inclusive, o permanente conflito com essas comunidades, seja pela apropriação territorial, pela sistemática destruição do seu hábitat natural ou pela não existência de nenhum instrumento legal e efetivo de defesa de seus conhecimentos, exige que seus saberes sejam protegidos, mas, também, que se garanta o sistema de reprodução desses saberes (CASTRO, 2000).

Assim, tanto a Educação do Campo como a Pnater têm enfoque em um novo conceito de desenvolvimento rural sustentável promovido a partir da adoção de um novo paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia em articulação com processos educativos permanentes com enfoque dialético, humanista e construtivista.

Os camponeses são vistos como importantes protagonistas do desenvolvimento rural sustentável e suas práticas são estudadas pela Agroecologia. Para Guzmán (2005), agrônomo e catedrático do Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos da Universidade de Córdoba/Espanha, a Agroecologia é o manejo ecológico dos recursos naturais por meio de formas de ação coletiva que apresentem alternativas para a atual crise civilizatória. Ela apresenta-se como uma resposta à lógica do neoliberalismo e à globalização econômica cuja crise epistemológica está dando lugar a uma nova epistemologia participativa e de caráter político, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que combatam a deterioração (erosão) ecológica e social gerada pelo neoliberalismo atual. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao integrar a propriedade rural, a organização comunitária e todos os marcos de relação das comunidades rurais em torno da dimensão local, onde se encontram os

sistemas de conhecimento (local, camponês e/ou indígena) portadores do potencial endógeno que permitem potencializar a biodiversidade ecológica e sociocultural. A partir de tal diversidade, que é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, constrói-se o desenho participativo de métodos endógenos de melhora socioeconômica, para o estabelecimento de dinâmicas de transformação para sociedades sustentáveis.

O conceito de potencial endógeno em Agroecologia faz referência à identificação da historicidade das experiências dos agricultores vinculadas aos antepassados, na obtenção de aprendizados sobre a maneiras distintas de produção. “O grau de identificação dos agricultores com a matriz sociocultural, gerada em sua interação com seus recursos naturais, constitui a dimensão agrária do endógeno” (GUZMÁN; MOLINA, 2005).

A Educação do Campo e a Pnater são exemplos recentes do processo, em curso no Brasil, de construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável, frente aos 500 anos do modelo dominante de desenvolvimento agropecuário predatório e excludente.

Como explicitou Bourdieu (apud Sauer, 2008, p.35) que as palavras/conceitos contribuem para a construção da realidade, a reflexão sobre o conceito de desenvolvimento implícito nessas iniciativas políticas implica em uma análise da execução dessas mesmas iniciativas. Portanto, a fim de contribuir com o debate, seguem algumas reflexões sobre aspectos essenciais da agricultura familiar brasileira.

Uma primeira reflexão refere-se à metamorfose que transforma o camponês em agricultor familiar, que transforma um modo de vida em profissão, a partir da luta dos camponeses pela reinserção nas condições de trabalho (THOMAZ JR., 2008, p.293). Essa questão induz a uma análise de como as políticas de desenvolvimento rural estão condicionando o conceito e o estabelecimento da agricultura familiar; se essas políticas têm favorecido ou não a reprodução do campesinato e até que ponto a agricultura familiar realiza a união dos diferentes atores sociais rurais a que se propõe.

A segunda reflexão está relacionada com o padrão hegemônico de desenvolvimento rural que determina formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da organização familiar do trabalho (THOMAZ JR., 2008, p.282). Portanto, é mister, atualmente, avaliar nas políticas de desenvolvimento da agricultura familiar se essas formas seguem o padrão hegemônico ou se estão condicionadas por outra lógica, pois o foco das políticas de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar sem dúvida é, ainda hoje, o aumento da produtividade, a qualificação da produção (melhorar o produto) e a produção com redução de impacto ambiental.

Por fim, uma terceira e última reflexão, apesar da existência de outras, refere-se ao caráter predatório da sociobiodiversidade pelo agronegócio. Recorrentemente apontado como o grande vilão da destruição da natureza e do campesinato, as críticas às consequências do modelo de desenvolvimento do agronegócio não consideram, em geral, uma análise mais profunda sobre as consequências do modelo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar que convive com o agronegócio no Brasil. A defesa pelo campesinato brasileiro deveria ser acompanhada de uma análise crítica do caráter predatório da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: Fase, 2003.

CASTRO, Edna. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. In: Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000, 290 p.

DUARTE, Laura; WEHRMANN, Magda. **Socioeconomia do desenvolvimento e ambiente**. Brasília: Curso MBA/DRS/BB/UnB, 2008. Mimeo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo” (Texto preparatório)**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). *Por Uma Educação do Campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O Campo da Educação do Campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). *Por Uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo*. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

GUZMÁN, Eduardo, Sevilla; MOLINA, Manuel, G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LEFF, Enrique. **Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental**. In: PHILIPPI JR., Arlindo (Org.). *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus, 2000.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De sabores e saberes**: apropriação da natureza, conhecimento e segurança alimentar. In: A Globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

THOMAZ JR., Antônio. **A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria**: Qual o lugar do campesinato e do proletariado?. In: Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Minas Gerais: XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996. Mimeo.